

Políticas públicas e Educação Artística em Portugal: o papel do Estado

António Ângelo Vasconcelos
Instituto Politécnico de Setúbal
Escola Superior de Educação

A relação entre as artes e a educação tem sido, ao longo das últimas três décadas, uma relação paradoxal. Por um lado, afirma-se a sua pertinência no quadro de uma formação mais alargada das crianças e dos jovens. Por outro, constata-se dificuldades na formulação de políticas articuladas entre a educação e a cultura, entre modelos de pensar e de organizar as escolas artísticas, entre singularidade e homogeneidade. Políticas que potenciem as redes inerentes aos mundos das artes, da educação, da criação e experimentação bem como da formação e produção de actividades artísticas.

Com efeito, desde a década de setenta do século passado, que diferentes conferências, encontros, seminários, grupos de trabalho têm produzido documentos e propostas que o Estado e o poder político nem sempre têm potenciado com medidas legislativas ou outras, o que, apesar de toda a retórica política. Por outro lado, a tendência predominantemente burocrática e centralizadora da organização do Estado e da Administração Central, têm criado dificuldades acrescidas a projectos de formação e de intervenção que não se enquadram dentro dos cânones subjacente a determinadas práticas administrativas e organizacionais, impedindo, muitas vezes, a existência de práticas artísticas e educativo-artísticas diferenciadas e diferenciadoras.

Neste contexto, e num tempo de transformação e de recomposição do papel do Estado na sociedade contemporânea, esta comunicação, tendo por base a análise de diferente tipo de material empírico, procura interrogar criticamente o papel do Estado, na promoção das artes na educação e discutir alguns dos instrumentos e modos de regulação facilitadores das práticas artísticas no interior do sistema educativo e na sua interrelação com os mundos das artes.